

Eleições e candidatos vistos pelos alunos do ensino fundamental

Marcelo da Silva Araujo*

Resumo

O relato apresenta uma experiência com alunos do 8º ano do ensino fundamental de uma escola municipal carioca, localizada na interseção dos bairros *Fazenda Botafogo* e *Acari* – este último com um dos menores IDH do município. No período das eleições municipais de 2008, foi proposta aos alunos com 16 anos ou mais uma pesquisa de intenção de voto, objetivando captar as impressões sobre os limites e possibilidades da atuação do prefeito e quais os problemas que mais necessitariam de sua atenção. Os resultados indicaram o quão distantes estão os futuros eleitores da compreensão do papel básico do governante, além de reforçar o desequilíbrio entre os poderes Executivo (visto como todo poderoso) e Legislativo, característica de nossa formação patrimonialista. Isso expressa, em nível micro, a realidade do conjunto dos eleitores brasileiros.

Palavras-chave: pesquisa na escola pública de ensino fundamental, percepções da política e dos atores político-partidários pelos alunos.

Elections and Candidates as seen by elementary school students

Abstract

This report presents an experience with 8th year students at an elementary school in Rio de Janeiro, located at the intersection between the *Fazenda Botafogo* and *Acari* neighborhoods – the latter with the lowest HDI in the municipality. During the 2008 municipal elections, it was proposed that the students did a survey of the voting intentions of their over 16-year-old colleagues, to get their impressions of the limits and possibilities for action imposed on the mayor and also to discover the problems which most needed his attention. The results show that future voters have a very poor understanding of the basic role of the mayor, and reinforce the imbalance between the Executive (seen as all-powerful) and the Legislative

* Professor de Sociologia do Colégio Pedro II e ex-professor de História da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro. *E-mail:* marc.araujo.rj@gmail.com. Uma primeira versão deste texto foi originalmente apresentada no Congresso Nacional de Ensino Fundamental, ocorrido entre os dias 29 de setembro e 2 de outubro de 2009, no Colégio Pedro II/RJ, sob o título “*Política, pesquisa de opinião e autoconhecimento: eleições e candidatos vistos pelos alunos do Ensino Fundamental*”.

bodies, characteristics of our patrimonial formation. At a micro level this expresses the reality of all Brazilian voters.

Keywords: research in public elementary schools, students' perceptions of politics and party-political actors.

Introdução

Nestes tempos de universalização do acesso à escola, as redes públicas de educação se encontram na crista de um grande e avassalador desafio: educar. E educar, na acepção que utilizo, não é apenas se limitar a transmitir os conteúdos preconizados pelos documentos legais que regulamentam os sistemas de ensino. É menos ainda, como por vezes lamentavelmente se coloca, servir de substituto para os pais e responsáveis nessa difícil tarefa de inculcar normas e valores que solidifiquem a imperiosa necessidade de uma boa conduta e garantam a consciência crítica e cidadã. Educar, aqui, ancorando-me nessa segunda vertente, tem o sentido de possibilitar a formação de canais de expressão e de debate que viabilizem a consolidação dessa consciência.

Desse ponto de vista, os tais conteúdos programáticos ficam claramente aquém dos objetivos propostos. Não desejo criticá-los, visto que eles conservam uma importância que faz cair por terra o argumento de sua inadequação para os atuais alunos das redes públicas, considerando-se simultaneamente o seu perfil e as aceleradas mudanças do mundo. Ao contrário, penso que eles devem permanecer como parte essencial do aprendizado de estudantes que não dispõem, isso sim, de adequado acesso aos canais modernos de informação, além do que, afora a escola, não se realizam em outros espaços, tais como a igreja e a família, em que tais informações e conteúdos sejam formalmente discutidos.

Este texto busca apresentar uma experiência pedagógica de “pesquisa de intenção de voto” realizada com alunos de uma turma de 8º ano do ensino fundamental em uma escola municipal carioca em 2008 e refletir sobre essa experiência. Os alunos, que também responderam aos questionários, participaram de toda a concepção e construção da pesquisa, da seleção de perguntas, coleta de campo e tabulação, até a interpretação dos resultados.

A pesquisa, que visava aferir as preferências eleitorais dos estudantes que já estão em idade de votar, bem como delinear qual o perfil do gestor

de sua cidade, mostrou resultados que emergem, simultaneamente, como um surpreendente alarme e como confirmação de uma realidade que está longe de ser local, posto que se enraíza na história de nossa nação: os futuros eleitores compreendem de modo insatisfatório questões cívicas como as atribuições de um governante, reforçando, com isso, o desequilíbrio entre os entes dos poderes Executivo e Legislativo, característica de nossa formação patrimonialista.

A conclusão de que a renovação dos currículos escolares pode se dar, no que tange especialmente aos temas tratados pela história e pela geografia, por meio da incorporação de elementos como educação política e cívica (sem, contudo, reproduzir os ranços e a formatação das antigas *Educação Moral e Cívica* (EMC) e *Organização Social e Política Brasileira* (OSPB), cujo serviço prestado às gerações anteriores mais embotou que contribuiu para apurar sua capacidade crítica) e de uma prática de pesquisa que tenha os próprios alunos como protagonistas bilaterais: como pesquisadores e como pesquisados.

Resta dizer, nestas palavras introdutórias, que omiti, por uma questão ética, os nomes dos candidatos utilizados na consulta: em lugar dos nomes, utilizar-me-ei de letras que serão atribuídas de acordo com a ordem alfabética (candidato A, candidato B etc.) – recomendo ver <www.pt.wikipedia.org/wiki/Elei%C3%A7%C3%A3o_municipal_do_Rio_de_Janeiro_2008> para conferir os candidatos que disputaram as referidas eleições. Para tanto, enfatizo, o leitor terá tão somente de listar os candidatos em ordem alfabética e atribuir-lhes as letras em sequência.

Do entorno, da escola e dos alunos: entre o pertencimento e a negação

Localizada em Fazenda Botafogo, na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, a escola municipal em questão conta com três turnos de aulas (sendo o 3º turno ocupado pelo PROJOVEM – Programa Nacional de Inclusão de Jovens), oferecendo ambos os segmentos do ensino fundamental. Tanto para o turno da manhã quanto para o vespertino, distribuem-se turmas do 1º ao 9º ano, com a maioria dos estudantes, especialmente os do 2º segmento (6º ao 9º anos), com alguma distorção idade/série.

Situada na região que apresenta um dos menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do município, a escola é frequentada por adolescentes das comunidades do entorno, com uma bem marcada proveniência dos alunos de *Acari*, *Coelho Neto*, *Costa Barros* e da própria *Fazenda Botafogo*. A respeito do levantamento dos endereços dos pesquisados, valem duas importantes relativizações. A primeira é o fato de o bairro *Fazenda Botafogo* não ser de forma unânime nem majoritariamente reconhecida com esta qualificação, a de bairro, por ter se constituído historicamente como um *distrito*, mesclando as faces de um lugar simultaneamente residencial e industrial. Isso produz um impacto imediato na percepção e no auto enquadramento como residentes do local. A segunda trata do fato de que muitas respostas sobre o bairro de residência apontaram *Costa Barros* em vez das favelas do entorno. O receio (ou vergonha) de informar, para efeito da pesquisa, que se reside nelas fez com que muitos respondentes “maqueassem” seu verdadeiro endereço.

Os alunos residentes nas três principais favelas da região – a *Pedreira* e a *Lagartixa*, que são morros, e *Acari*, que é plana –, que na vivência cotidiana da escola declaram sem constrangimento (às vezes, até com um indisfarçado orgulho) seu pertencimento residencial e afetivo à favela (como disse um aluno em outro momento, *a favela* [ou a variação *comunidade*] *é só lazer!*), não o fizeram, entretanto, quando interpelados pelos pesquisadores. O dado, que precisa ser explorado, aponta para a hipótese de que o questionamento, quando realizado para satisfazer a finalidades oficiais e mesmo se proposto por colegas, parece causar certo melindre, um “perigo suave” à autoimagem dos estudantes.

No ano de 2008, a unidade escolar possuía aproximadamente 1.100 alunos, dos quais mais ou menos 850 no 2º segmento. No mapeamento original dos alunos regulares, compreendidos como aqueles que efetivamente frequentavam as aulas e estavam em idade de votar, constatou-se que 72 satisfaziam essa condição. Desses, 65 foram entrevistados, o que significa algo em torno de 92% da cobertura. Tais alunos nasceram entre os anos de 1991 e 1992, fato que lhes possibilitava o direito ao voto, cujo caráter facultativo, como sabemos, recai sobre os jovens de 16 e de 17 anos de idade. Desse modo, a distribuição dos bairros de residência, da série do(a)

aluno(a), do ano de nascimento e do sexo deu-se conforme apresentado abaixo:

Reside em	Quant.	Série		Ano de nascimento	Distribuição por sexo	
					Masc.	Fem.
<i>Fazenda Botafogo</i>	8	6º ano	4 alunos	1986: 1	33	32
<i>Costa Barros</i>	33			1988: 3		
<i>Coelho Neto</i>	4	7º ano	12 alunos	1990: 7	65	
<i>Acari</i>	10	8º ano	16 alunos	1991: 14		
<i>Pavuna</i>	1	9º ano	33 alunos	1992: 40		
<i>Não declarado</i>	9					
TOTAIS	65	65		65		

Quadro 1: Distribuição dos bairros de residência, série, ano de nascimento e sexo do(a) aluno(a)

Quanto ao número expressivo de alunos que não declararam seu bairro de residência, a pesquisa deixa um “furo”, pois não buscou entender a razão da ausência. Como, em função da dinâmica da escola (dia de avaliação, turma dispensada mais cedo etc.), alguns questionários não foram coletados por meio do método da entrevista, mas entregues aos pesquisados, esse importante dado para a composição dos perfis do eleitorado não foi questionado. Teria sido apenas esquecimento, desconhecimento ou seria mesmo omissão dos respondentes?

Tendo por parâmetro as idades de 11 anos para o 6º ano e sucessivamente até 14 anos para o 9º ano do ensino fundamental, e considerando a concentração dos alunos em idade eleitoral no 8º e no 9º ano, são plausíveis duas suposições: a primeira, de que, imaginando uma adequada maturidade psicológica e cognitiva desses jovens, as concepções sobre o voto e sobre os candidatos disponíveis se apresentassem de forma mais “racional” e “objetiva”, e a segunda, que deriva daquela, de que

essas concepções se traduzissem em um desenho claro acerca do melhor representante para o povo carioca. Como veremos, a interpretação dos dados aponta para outras formas de entendimento.

Dos resultados: desconhecimento, crenças como reflexo e marco geracional de leitura política

Pesquisa realizada às vésperas das eleições para prefeito e para vereadores nos municípios, as cédulas com os nomes dos(s) candidatos(as) e os respectivos partidos e coligações, quando foi o caso, eram apresentados aos “eleitores” por meio de um exemplar sem a imagem do(a) candidato(a).

É necessário, para tanto, traçar algumas discussões acerca do processo eleitoral no que tange ao ato de votar. Apesar de não ser apenas um gesto mecânico, nem tampouco, em termos amplos, profundamente calculado em certos segmentos sociais, em especial aqueles que materializam os chamados setores populares, esse gesto precisa ser previamente pensado a partir de interpretações teórico-conceituais que permitam uma aproximação de seu funcionamento. Para tanto e para os fins mais gerais a que me proponho, pensar a empreitada a partir da antropologia do voto e da sociologia do processo eleitoral pode ser frutífero para compreender por quais mecanismos esses estratos confiam seu voto aos atores político-partidários.

Essas formulações, a antropológica e a sociológica, são aqui utilizadas exatamente por apresentarem um caráter mais rico do que a versão similar formulada pela explicação psicológica da decisão do eleitor. Para certa psicologização do voto, a formação de identidades – principalmente as partidárias – dá-se no processo de interação social. Mas a troca de experiências e informações sociais é mediada por mecanismos psicológicos que levam os indivíduos a aderirem a esta ou aquela atitude frente ao mundo político. Já para os antropólogos, e especialmente para os sociólogos, são as condições sociais objetiva ou simbolicamente vividas que formam as atitudes políticas. Estas formam “campos” de consciência política que passam a responder aos apelos conforme o contexto social (FIGUEIREDO, 1991, p. 61).

Meu ponto de partida é a crença na existência de diferentes modos de se pensar e viver o político, e essas concepções, como veremos, informam

de modo específico a prática e as demais representações dos agentes. Dessa forma, algumas interpretações podem ser delineadas.

A primeira questão a ser destacada é o grande número de votos brancos e nulos: quase 30%! Creio ser claro que essa é uma tendência que exprime, ao mesmo tempo, a desimportância imputada aos processos políticos e sua descrença por parte dos integrantes do segmento social em questão. No tocante à desimportância, poderíamos supor que esses jovens não despertaram para o peso que uma eleição tem não somente para o clássico “destino do povo”, mas para o fortalecimento da democracia, ainda em nossos tempos – ou mais do que nunca! – mecanismo crucial para a consolidação da “vontade geral”. Causa espanto, mais que qualquer outra coisa, que essa desimportância atinja até mesmo esse simples exercício de simulação, o que significa que nem mesmo um breve experimento teve a capacidade de mobilizar muitos dos jovens a exercer aquilo que sempre se põe como um fardo, mas que é, como se sabe, um direito assegurado.

O ato do voto parece um teste de tolerância que se puder ser burlado, assim será. Mas esse suposto mecanismo de contorno também é o eco surdo de uma impotência enraizada, de uma incapacidade de alterar os rumos do que está errado: nesse sentido, o voto não é mais do cidadão, o voto é do candidato, pois, seja qual for o resultado, as coisas não mudam e quem está por cima, cometendo, por exemplo, irregularidades, lá continuará. Essa é uma das faces da “cultura da impunidade”: nada vai mudar, votando ou não. Por isso, branco e/ou nulo não faz diferença. O que importa é “não se estressar”, como os aplicadores do questionário chegaram a ouvir.

Mas por falar em nulo, cabe começarmos pelos candidatos de vulto eleitoral irrisório.

A nulidade eleitoral dos pouco conhecidos candidatos F, D e A (o que pode ser estendido ao candidato M, apesar do voto conseguido) era esperada, tanto nas pesquisas de opinião e de intenção de voto profissionais quanto na experiência pedagógica em questão. Sem penetração social, expressão atual nem ressonância anterior, e naquele momento, em especial nessas regiões, tais candidatos ainda contaram com o fato negativo, como foi apropriadamente notado pelos alunos, de que os eleitores não assistiam à propaganda eleitoral gratuita.

Quanto ao candidato F, a propalada juventude colaborou para que em alguns momentos os eleitores se lembrassem dele, entretanto é notável o fato de que, além do referido pouco conhecimento desses candidatos, os eleitores optaram por uma postura mais tradicional de voto. Ou seja, insistiram naqueles que conseguem maior projeção e no prévio conhecimento. Nesse sentido, esses jovens, que reclamam maior autonomia tanto no âmbito escolar quanto em suas casas e perante as estruturas que os cercam, mostraram mais que desconhecimento ou desconfiança: os candidatos “de sempre” não agradam, mas são conhecidos, já “estão na pista” há bastante tempo e, além disso, quase todo mundo conhecido vai votar em um deles, o que denuncia uma certa ideia de coesão e de harmonia. A inovação serve e é exigida em muitos casos, mas, ao que parece, as velhas soluções ainda determinam as escolhas.

Surpreende, pois, a inexistência de votos para o candidato B. Até antes da proposição da pesquisa, eu mesmo pude apurar, informalmente, o conhecimento de sua existência e da filiação partidária: “é do partido da Heloísa Helena!”, à época combativa senadora de oposição ao governo federal. Poderia soar como mais surpreendente ainda o fato de que esse candidato é historicamente ligado à causa da educação. Porém, não é bem assim. E isso porque, apesar da possível e aparentemente razoável associação da escola e da dimensão de sua importância para a vida dos jovens alunos (afinal, um terço de seu dia útil é gasto nela!) e dela mesma com o não desconhecido candidato, os alunos preferiram não lhe dirigir seu voto. Uma primeira possibilidade interpretativa é a que consta acima: talvez a educação – aqui entendida como o espaço da escola – não tenha o peso que nós profissionais da educação, *por nossa própria conta* (e risco, eu diria!), atribuímos na vida desses estudantes. Ainda que não seja, de modo algum, uma constatação extensível a outras realidades, redes, lugares e grupos, talvez não seja forçado argumentar que no contexto estudado isso é legítimo.

Assim, os resultados da pesquisa demonstraram que uma condição fundamental para que se vote em um candidato é o fato de ele ser *reconhecido* pessoalmente. O termo *reconhecimento* é empregado aqui para sintetizar dois sentidos diferentes da palavra: o reconhecimento como (re) conhecimento, isto é, como identificação concreta de uma pessoa conhecida; a ideia de reconhecimento de alguém ou de alguma coisa como boa,

verdadeira ou legítima. Parece plausível argumentar sobre a importância da existência de identidades culturais simbolicamente estabelecidas. Essa identidade, exemplificada pelo *reconhecimento*, pode se expressar na forma de regionalismo, bairrismo, similaridades étnicas ou ainda na convergência de interesses, podendo-se daí inferir uma “lei comportamental sociológica” como constituinte da base para explicar a participação eleitoral dos indivíduos. Mas afirmar isso acabaria, de uma só tacada, com o propósito de compreender as variações de concessão do voto, empobrecendo os resultados. O que desejo destacar é que os eleitores se guiam por uma lógica que não tem prerrogativas essencializáveis e que, na prática, é muito difícil precisar. Um candidato “da educação” não necessariamente granjearia votos entre esses educandos, caso a eleição fosse real. Essa aparente inconsistência é certamente muito complexa de se explicar. Contudo, uma possível chave explicativa seria o fato de que a etapa escolar e, mais amplamente, a passagem pela escola não formatam nem obviamente consolidam um perfil de eleitor orientado pela “melhoria da escola e da educação”, o que não significa dizer que os eleitores não se preocupam com a educação. São processos estanques que necessitam de uma investigação mais densa e aprofundada.

As candidatas parecem apresentar uma realidade à parte.

A primeira reflexão interessante foi quanto ao baixíssimo número de votos – apenas 1 – dados à candidata L. Companheira de legenda e apoiada pelo então chefe do Executivo municipal, que fora, inclusive, reeleito na eleição anterior, a candidata amargou uma fragorosa derrota entre os jovens eleitores. Os alunos analistas explicaram o fato a partir de sua pouca capilaridade junto à população. Ela não “caiu no gosto do povo”, malgrado os pesados investimentos do governo em educação, fato que, apesar de ter sido por ela bastante explorado, não lhe permitiu, à semelhança da eleição real, emplacar naquele segmento.

Coisa semelhante pode ter ocorrido à candidata G, que apesar dos reconhecidos trabalhos sociais e de sua atuação, outrora, como profissional de saúde de hospital público, fato que igualmente explorou em sua campanha, obteve um desempenho pouco superior ao de sua companheira de gênero. Seria de se supor que, reverberando as explicações espontâneas que surgiram, nesse segmento da população, residir em regiões em que o machismo, a rígida hierarquia paterna e a depreciação do papel ativo e público da mulher,

possa ter dado o tom desse destino comum às duas candidatas na pesquisa escolar.

Nesse sentido, nem mesmo o alto número de respondentes do sexo feminino foi suficiente para fazer com que uma candidata rivalizasse com os homens na busca pelo controle da administração municipal. Numa região em que o índice de gravidez na adolescência é extremamente alto – o que pode ser constatado na própria escola –, mesmo uma candidata cuja plataforma se mostrou preocupada com este fato que assola o Rio de Janeiro, como, de resto, todas as demais capitais do Brasil, não logrou êxito em suas posturas e propostas.

O candidato J, deputado estadual, alcançou apenas 2 votos. Desconhecido e pouco atuante na região, não conseguiu reproduzir, e com isso não afirmo que fosse sua intenção, a penetração pelo carisma e liderança que o ícone histórico do seu partido, ex-governador do estado por duas vezes, imprimia em suas campanhas. Com suas falas pouco acessíveis à população mediana, o candidato amealhou ressonância, pode-se dizer, quase nula. Talvez, e esta é uma reflexão autoral, o discurso da ordem recorrentemente utilizado para lembrar dois dos piores males de nossa cidade, a violência e a corrupção, pudesse, por razões óbvias, ter boa infiltração nesse segmento da população. Entretanto, uma possível ineficaz publicidade fez com que seu desempenho fosse nada mais que medíocre.

O candidato I, igualmente deputado estadual, definido e autodefinido como jovem, recebeu cerca de 8% dos votos válidos. Para um candidato visivelmente (ainda) sem penetração nas massas, seu resultado junto à juventude surpreende. Talvez juventude seja a palavra-chave de seu sucesso. Com mensagens facilmente compreendidas pelo segmento juvenil e uma imagem pouco associada à de “político tradicional” (*velho, antiquado, pesado*, qualificações tanto reais quanto simbólicas), foi bem recebido pelos eleitores e garantiu 5 votos.

Impressionantemente, o candidato e deputado federal E, contrariando o sucesso que se veria na eleição real, granjeou tão somente 4 votos. Apesar de sua defesa das causas ambientais e dos direitos das minorias, seu desempenho ficou aquém do que poderia ser esperado. Esse fato chama a atenção por dois motivos: o primeiro é que a causa ambiental que ele defende é inegável fonte de preocupação de todos. De forma engajada ou

não e em graus variados, todos manifestam o entendimento da importância vital da demanda e o candidato vem, de modo reconhecido, empunhando historicamente a bandeira da preservação ecológica. Em segundo lugar, a maioria das pessoas concorda – e os alunos não fogem, discursivamente, à regra – que os direitos dos mais variados grupos devem ser respeitados, especialmente por preceitos religiosos de irmanação e fraternidade. Por fim, a despeito do caráter jocoso com que sempre foi tratado o tema da liberalização das drogas, esse candidato era querido pelos estudantes, ainda que por cruéis equívocos quanto às suas próprias posturas e falas: “vou votar no E porque ele vai liberar a maconha!”, diziam alguns.

E o que dizer dos dois candidatos mais votados?

A pesquisa mostrou que a campanha do candidato eleito obteve êxito também junto a esse segmento. Ele conseguiu pouco mais de 25% dos votos válidos, seguido de perto pelo candidato H, com 14 votos (pouco mais de 20%). É difícil afirmar a que se deve esse sucesso, no caso do vencedor. Mas começemos pelo derrotado.

Político ligado a certa denominação evangélica, parecia barbada sua ida ao segundo turno. Os eleitores consultados confirmaram isso. Região com enorme contingente de evangélicos, mesmo os jovens, suposto estrato *avant garde* da sociedade, apostaram nesse candidato. A ascensão de sua candidatura, “pedra cantada” em meio a uma população tão religiosa, parecia confirmar a associação entre as necessidades sociais, a fé religiosa e o plano da política, é só mais um espaço de sua realização. Os formulários justificados de pesquisa indicaram que o voto fundado em princípios de crença religiosa se reproduz na família, quando toda ela segue a mesma orientação nesse campo.

Houve casos de eleitores que declararam que só votariam para ajudar o “candidato evangélico”. E muitos até pareciam repetir uma máxima popular que ressurgiu no período da campanha: “evangélico vota em evangélico!”. Curioso o fato de que mesmo os alunos que diziam não seguir crença alguma, apesar de “acreditarem em Deus”, argumentarem que a confiança em um homem de princípios religiosos é importante para um bom governo. Soma-se a isso o fato de que as conhecidas ações da Igreja Universal do Reino de Deus na região nordeste do Brasil, amparando os que sofrem com a pobreza, reafirmam com força a “ajuda divina” no pleito eleitoral, ao mesmo tempo

em que o voto nesse candidato surge como uma opção baseada numa fé racional e uma questão de temor e respeito pelas forças sobrenaturais.

Quanto ao vencedor, para além de todas as alianças políticas que nutria – enfatizando-se, nesse conjunto, o declarado apoio do próprio presidente da República –, sua juventude e o trabalho sobre suas “credenciais” conquistaram o grosso dos nossos jovens eleitores. É arriscado dizer que o maior tempo de propaganda eleitoral tenha sido determinante. Isso porque, como foi apurado informalmente e exposto acima, parte substantiva dos respondentes afirmava não assistir ao horário eleitoral gratuito. E, como a maioria de nós, até o desdenhavam e praguejavam. Contudo, creio não ser de todo descartável o fato de que isso tenha, em alguma medida, contribuído para o êxito do candidato. Outra hipótese que pode ser aventada, igualmente ou até mais difícil de defender, é que os votantes tenham, num ou noutro momento, acompanhado pesquisas de intenção de voto e daí tivessem decidido também eles mesmos.

Considerando que há uma tendência para seguir a opinião da maioria, ditada pela necessidade de pertencimento, uma possibilidade não desprezível de ciência das pesquisas de intenção de voto, a identificação com a juventude do candidato e sua “trajetória de sucesso”, destacada o tempo todo pelo próprio, mostrando que é possível ultrapassar as adversidades e vencer na juventude, estes elementos poderiam ser um viés explicativo dos votos dirigidos para o candidato que se sagrou vencedor.

De qualquer modo, todas essas considerações são conjecturas analíticas produzidas pelos pesquisadores, tanto as dos alunos quanto as do autor. As opções de interpretação não são soberanas, havendo outras concorrentes. Entretanto, claro está que interpretações que não levem em conta o contexto da região e dos indivíduos envolvidos, e que ainda desprezem elementos diretamente ligados ao campo de compreensão etária daqueles, estariam fadadas a conclusões provavelmente mais distanciadas desse fenômeno cujo crivo é inevitavelmente geracional.

Necessidades materiais, intenção de voto e qualidades de um líder

O questionário foi composto de 6 perguntas, das quais 4 fechadas (questões 1, 3, 4 e 5) e 2 semiabertas (questões 2 e 6). Nas fechadas, foram

apresentadas 8 opções de escolha e nas semiabertas, opções *SIM* e *NÃO*, além de espaço dedicado a justificativa quanto às respostas positivas. Os respondentes poderiam, se desejassem, marcar mais de uma opção nas questões fechadas, possibilitando aos analistas uma leitura combinada das respostas e uma interpretação a partir de cruzamentos de itens, complexificando, mas enriquecendo a pesquisa.

A pesquisa fundamentou-se em duas direções: uma quanto aos temas mais importantes para a gestão da cidade e da melhoria da vida e outra quanto às qualidades desse gestor. Como informado, foram feitas tabulações dos resultados, a partir das quais interpretações específicas e pontuais foram delineadas. Neste ponto, vale lembrar que, de fato, a experiência de pesquisa poderia ter seguido caminhos outros, começando por sua concepção e intenções temáticas. É fato também que em vez de propor campos prévios de entendimento, limitando e enquadrando a manifestação dos respondentes, poderiam ter sido feitas perguntas mais abertas e, portanto, mais livres de tais condicionamentos. Todavia, importa ter em mente que a elaboração dessas questões partiu dos próprios alunos, de seus interesses e questionamentos. Vale lembrar também que, dentro das condições adversas, os alunos-pesquisadores buscaram auxílio dos professores de Língua Portuguesa, Matemática e Geografia para elaborarem as fases do estudo.

Temas importantes

Como temas importantes foram focados aqueles que os grupos consideraram mais candentes num entendimento que abrangeu não somente o plano geral, como também itens de interesse mais local, apesar de se reproduzirem em intensidades e contextos os mais diversos do cotidiano das grandes cidades.

Saneamento, violência, saúde, educação, lazer, impostos, cultura e nada foram as alternativas criadas. A leitura dos resultados destaca que algumas alternativas povoam mais intensamente o dia a dia dos entrevistadores e dos entrevistados, visto que a realidade urbana em que vivem apresenta esses problemas de forma aguda.

Interpretando as opções

Saneamento	Violência	Saúde	Educação	Lazer	Impostos	Cultura	Nada
11	30	37	31	17	5	7	0

Quadro 2: Temas da pesquisa

Na pergunta número 1, indagava-se o que era importante melhorar na cidade. A saúde (37), a educação (31) e a violência (30) ocupam os primeiros lugares, seguidas de longe pelo item lazer (17). Poder-se-ia conectar a resposta majoritária a dois aspectos: o primeiro e mais óbvio é a inexistência de assistência à saúde em grau satisfatório na localidade, e o segundo é o fato já aludido do espantoso número de gestantes entre as alunas. Não à toa, parece, a maior incidência de resposta apontando essa necessidade se dá dentre as respondentes do sexo feminino. Estas também desempenham, no horário oposto ao da escola ou mesmo no turno escolar, dada a necessidade, os cuidados de parentes doentes ou mesmo seus próprios filhos, de forma que a carência é “sentida na pele”.

Quanto à educação, parece haver uma contradição entre o valor declarado dela e a forma como se portam como alunos, no tocante à continuidade dos estudos fora da sala de aula (em casa, por exemplo): constata-se não haver o hábito de estudar para além do período de aulas regulares. Os analistas ficaram com a incerteza de saber se a variável educação se refere apenas à educação formal escolar, à educação que também se recebe no âmbito doméstico ou à educação entendida como o que é recebido naquela unidade escolar. Dúvida salutar, seu esclarecimento se daria com um retorno ao campo, fato inviável pelas razões já explicadas.

A questão da violência é um desses campos que dispensam comentários. Especialmente nessas comunidades, nas quais a combinação de ausência do Estado e da corrupção dos entes públicos soma-se explosivamente para promover um cenário de instabilidade social, é preciso atentar para o reforço de policiamento que alguns exigem. Mesmo cientes do caráter por vezes celerado da segurança pública, é notável o fato de que ainda há a crença na intervenção do poder público, derrubando a tese de certos flancos conservadores da sociedade que afirmam serem os moradores

de comunidades carentes (uma parcela irrisória, naturalmente) coniventes com as forças do crime nessas localidades.

Na pergunta número 2, que serviu como um desdobramento da anterior, foi solicitada a inclusão de algum tema não contemplado por aquela; e, em caso positivo, que não fosse meramente apontado, mas justificado. Apesar da recorrência das respostas que apenas mudavam a forma de denominar as alternativas (“policiamento”, “melhorar a escola” etc.), duas delas chamam particularmente a atenção: “Precisa melhorar os políticos que rouba muito” (*sic*) e “Respeito, porque sem respeito as pessoas não são nada”. Ordem e respeito, ou moralização e respeito, emergem como tônicas deste ponto.

A partir da questão 3, o direcionamento para o desenho do perfil do prefeito e de sua intenção tem por intenção, simultaneamente, aferir qual é o homem ou a mulher que se quer no governo (nível pessoal), o que se quer dela(e) como administrador(a) (nível administrativo) e qual seria o seu aspecto ideal (nível formativo).

Honestidade	Competência	Inteligência	Riqueza	Pobreza	Caráter	Oportunista	Nada
48	20	19	3	6	22	0	1

Quadro 3: Características pessoais e políticas dos candidatos da pesquisa.

A honestidade é de longe a principal característica que deve possuir um governante. Esse aspecto demonstra a coerência com o argumento antes exposto. Segue-se a ele, em escolha, a questão do caráter, tido como elemento definidor de um bom líder do Executivo. Essa exigência parece influenciada pela imagem que se faz do político profissional em nosso país. E nesse sentido, independentemente do nível do qual se está falando (poder municipal, estadual ou federal, Legislativo ou Executivo), a pressuposição da corrupção como prática arraigada nas funções públicas é uma marcação constante nas respostas.

Assim, ser rico, pobre ou mesmo inteligente ou competente não suplantam a honestidade, que vem em primeiro lugar. E isso não significa que inteligência e competência não sejam reconhecidas como fatores fundamentais para um bom governo, até porque os alunos parecem

compreender a possibilidade de ser eleito – e até mesmo antes, de se candidatar – em função de demonstrações de inteligência e de competência. Mesmo a “esperada” relação inversamente homológica da identificação entre os eleitores pobres e os candidatos tidos como ricos como definidora da intenção de voto parece não resultar fator determinante. Percebe-se aqui que a política é concebida como um campo autônomo e poluído, uma esfera que contamina, algo “sujo” e com capacidade de sujar quem ultrapassa seus limites (quem nela “entra”).

Por último, é digna de nota a opção de 6 eleitores por um candidato pobre. A leitura feita pelos alunos é a de que um candidato pobre, por se aproximar do eleitorado no tocante às posses ou à origem, parece adequar-se mais ao cargo, pois conheceria de perto a situação em que os eleitores se encontram. Digo que isso é digno de nota, pois aqueles que virtualmente personificam essa condição, os candidatos “menores”, dos partidos menos expressivos, sequer receberam votos, indicando, pelo menos em termos, uma contradição com a opção pela pobreza como característica crucial de um candidato.

Na questão número 4, quanto à natureza e extensão das atribuições e poderes do prefeito, há um equívoco que na verdade retrata um erro de entendimento – diga-se, ignorância – dos brasileiros de um modo geral: o que faz cada “político”. As opções colocadas tangenciam funções possíveis (como propor leis) e inconcebíveis, em se tratando de um chefe do Executivo municipal, como “prender pessoas” e “mandar em tudo”.

Prender	Fazer leis	Controlar os políticos	Mandar nos vereadores	Reajustar salários	Expulsar	Fiscalizar	Mandar em tudo
3	18	12	2	25	1	12	4

Quadro 4: Atribuições dos candidatos segundo os eleitores pesquisados.

A pergunta *O que você acha que o prefeito pode fazer como governante?* visava perceber, por meio da análise, o entendimento dos respondentes acerca dos limites e possibilidades da atuação do prefeito. O que se constatou é uma ausência de esclarecimento cívico e político, no sentido de compreender minimamente quais são essas funções básicas, reforçando os processos de cidadania, uma vez que certas promessas feitas pelos candidatos ao posto

bem como as exigências dos cidadãos (como policiamento e segurança pública) são incompatíveis com as funções desse administrador público, apesar de poder (e dever) passar por sua interferência para assegurar bem-estar a esses cidadãos.

A aposta que se faz na figura do prefeito como aquele que deve resolver os problemas da cidade e dos cidadãos é compreensível, já que é razoável pensar que uma figura central na política municipal deva – e é obrigado a – resolver as principais pendências da vida cotidiana, no que se refere ao arco de ações do poder público. Assim, confia-se ao prefeito poderes e obrigações que estão, muitas vezes, bem além de suas reais atribuições.

Acredito que uma hipótese explicativa dessa característica da cultura política, discutida com os alunos em nossas aulas de História, é a grande centralização dos regimes colonial e monárquico (imperial) quanto à distribuição de poderes e funções na sociedade. Visto, ao longo de alguns séculos de vida política no Brasil, como o centro de onde emana a autoridade incontestável, nossa cultura política não especializada parece ter absorvido esse modelo e o transformado num elemento natural do fazer política. Desse modo, a concentração de atribuições nas mãos da figura do prefeito e o descrédito das funções e das figuras dos quadros do legislativo brasileiro (vereadores, deputados e senadores) causam um desequilíbrio entre esses poderes: o Executivo aparece como todo poderoso, enquanto o Legislativo é rebaixado na ordem de importância dos agentes de representação do povo. Isso manifesta, enfático, uma característica de nossa formação patrimonialista, expressando, em nível micro, a realidade do conjunto dos eleitores brasileiros (CARVALHO, 2001).

A última pergunta se refere ao *nível formativo* que seria o aspecto idealmente profissional, ideológico ou pessoal do futuro prefeito. As respostas coletadas também surpreenderam.

Religioso	Ecologista	Professor	Comunista	Jovem	Velho	Mulher	Nada
9	8	3	9	10	10	8	18

Quadro 5: Características da formação acadêmica e profissional dos candidatos da pesquisa.

Antes de mais, a pergunta desejava captar o conhecimento pelos alunos das diferenças que se apresentavam realmente entre os candidatos

e se eles entendiam a importância dessas tendências na prática. Mas isso sob dois claros objetivos: 1º) tentar perceber se conheciam os possíveis significados da inclinação ideológica e profissional de cada candidato; e 2º) qual a importância da condição geracional ou de gênero para ocupar o cargo de prefeito.

Algumas perguntas prévias que fizemos a nós mesmos nos guiaram: qual a importância, para a administração pública, de um candidato que representasse, pelo menos em termos de filiação partidária, um grupo religioso específico? E de um ecologista, considerando os graves problemas ambientais pelos quais passamos na atualidade e particularmente na realidade do Rio de Janeiro? Qual o papel de um professor para essa administração? Um comunista ainda teria lugar, considerando ideal e originalmente a particularidade de suas inclinações ideológicas? E quanto à idade e ao sexo do(a) candidato(a), ser jovem, velho(a) ou do sexo feminino distinguiria significativamente a maneira de governar?

Na interpretação dos dados, é possível notar, no eixo ideológico, a importância do papel da religião e do comunismo como orientação política para gerir e; o decréscimo dessa dimensão, no eixo profissional. Os eleitores secundarizaram a importância do professor, considerando o âmbito da pesquisa, e a supervalorização de aspectos extrapolíticos interferindo no campo político, como é o caso do peso religioso para a escolha. O item *comunista* mostrou-se a grande incógnita no tocante à interpretação, e os analistas entenderam que a palavra traz em si um ideário de igualdade, de fraternidade e até de liberdade que, mesmo sem a justa – se é que existe – e adequada compreensão por parte destes jovens causa simpatia àqueles a quem ela se apresenta como alternativa política.

Esperava-se que o elevado número de respondentes do sexo feminino escolhessem a opção *mulher* nessa pergunta. Contudo, parece que o elemento geracional importa mais que o elemento de gênero. Isso, apesar de surpreender, não chega a contrariar uma expectativa. Ser “velho” ou ser “novo” parece possuir, para determinadas camadas jovens de estudantes, importância relativizada de acordo com diversos aspectos. Sendo categorias, elas se transmutam em *valores* e não apenas em uma condição. Sua interpretação deve, portanto, ser orientada por um entendimento sociológico muito mais do que por um entendimento “naturalizado”.

Por um lado, talvez o termo *velho* tenha sido compreendido como de uma velhice acentuada, extrema (que, no entanto, não se identificava concretamente com nenhum dos candidatos existentes) e por isso a opção pela alternativa jovem. Por outro lado, a percepção de uma juventude despreparada e inconsequente pode ter orientado a resposta em direção à experiência como fator primordial e por isso o grande número de respostas que priorizavam a candidatura de um velho.

O desdobramento dessa pergunta dá-se na questão 6, que pedia uma complementação àquela. Particularmente duas inclusões merecem comentários. Tais comentários devem ser tecidos também à luz do frágil entendimento acerca do papel e, mais do isso, da confusão acentuada entre as esferas de poder e suas especificidades de mando.

Numa resposta aparece “Bota mais escola mais univercidade pública” (*sic*), noutra argumenta-se que o(a) prefeito(a) deve ser “generoso, educado”. Quanto à primeira, vale lembrar que no atual modelo de criação e de manutenção das instituições públicas de ensino superior de nosso estado, as esferas estadual e federal é que determinam tal política, não estando os municípios, em especial o do Rio de Janeiro, responsáveis por esse tipo de serviço. A demonstração desse desconhecimento evoca, mais uma vez, a necessidade de uma educação política básica que contenha noções de administração pública, considerando que essa confusão gera a expectativa, nos períodos eleitorais para os municípios, hábil e irregularmente nutrida ou não pelos candidatos, da realização desses de serviços que não competem a essas unidades federativas.

Quanto à segunda transcrição, é possível perceber mais uma vez que características pessoais/carismáticas parecem superpor-se às características gerenciais e técnicas. *Generosidade e educação*, esta podendo ser lida como polidez, cortesia e temperança, prendem-se à pessoa, e não ao gestor. Apesar de considerarmos que essas facetas devem evidentemente fazer parte do comportamento público de todas as pessoas, e por isso são fundamentais em especial para um político com as atribuições de um prefeito, parece haver um deslocamento do foco da competência do gestor para a de uma capacidade mais propriamente interpessoal.

Considerações finais

Vimos que as opções políticas são ditadas por uma mescla de interesses e valores. O que é certo para uns não o é para outros. Não há, portanto, uma maneira “científica” de votar. Vota-se por interesse, afinidade ideológica, adesão partidária, mas também por simpatia, identificação pessoal, torcida de futebol, autoridade materna etc., e mais uma infinidade de razões impossíveis de esgotar. Contudo, argumento não ser possível asseverar aquilo que por vezes se denomina preceito da consciência de classe, isto é, que os eleitores votariam *regularmente* em candidatos e partidos que têm identidade com aquela classe.

Não existe, pois, irracionalidade, mas dispersão. E a verdadeira questão consiste em analisar em cada caso como essa dispersão se organiza hierarquicamente em um determinado campo cuja ordem está sempre prestes a se alterar. Assim, é inaceitável sustentar que há um vínculo direto e inelutável da participação política com economia, no sentido de a “incapacidade de votar adequadamente” dos eleitores estar intimamente ligada a sua carência do ponto de vista econômico.

A análise nos mostrou que a oferta do voto concorda com um ou alguns atributos do candidato, ainda que se reconheça a existência de outros, muitas vezes, aparentemente contraditórios com aqueles que se privilegiou. Assim, a política envolve necessariamente uma dimensão de subjetividade que pode conduzir desde a escolha de um governante em razão da “dignidade de sua vida privada” até reivindicações de cidadania e mesmo a verdadeiras revoltas e sublevações populares.

Para esse caso, SCOTTO (1996, p. 179) propõe uma interessante comparação com o sistema filipino. Lá o funcionamento do sistema político durante as eleições é o voto de grande massa do eleitorado em “personalidades” – mais que em partidos –, obrigando os candidatos a organizarem campanhas pessoais. Efetuando maior aproximação geográfica, é possível lembrar o caso da Argentina, onde, nos últimos anos, começou a ser cada vez mais evidente uma tendência em promover candidaturas de pessoas cuja notoriedade não é política: desportistas, cantores populares e escritores são, cada vez mais, procurados pelos partidos políticos para serem

seus candidatos principais (o que não foi diferente, em nenhum aspecto, por exemplo, nas eleições legislativas para deputados federais de 2010 no Brasil).

Gostaria de terminar enfatizando que as discussões e interpretações dos dados possuem um caráter exploratório e introdutório. Isto é, realizadas em conjunto entre os alunos e o professor da disciplina, muitas delas devem ser reavaliadas, posto que surgem como resultado de uma primeira e única abordagem. Muitos de seus direcionamentos analíticos resultam de um rol de reflexões que não puderam ser retestadas em razão da dinâmica escolar e do calendário sempre muito restrito.

Do que fica, é importante ressaltar duas questões:

1^a) a aposta na importância da pesquisa no interior da escola. Ao falar em pesquisa, não estou me referindo às grandes ideias e aos grandes problemas dos diversos segmentos que compõem a escola e/ou o ambiente escolar. Podem-se efetuar pesquisas para tentar captar tendências entre os alunos, tais como o papel dos modernos meios de comunicação na sociabilidade e no ser/estar no mundo ou mesmo aspectos internos ou externos que têm peso na administração escolar e, por extensão, na vivência do cotidiano da escola;

2^a) a necessidade premente de disciplinas específicas, tais como a educação política pela qual advogo, que permitam lapidar o senso crítico dos jovens alunos e produzir uma capacidade de leitura e compreensão mais refinada das “grandes” e “pequenas” políticas e da administração pública, fortalecendo essa faceta do que entendo verdadeiramente como cidadania.

Particularmente voltada para uma leitura histórico-sociológica da pesquisa estudantil, as propostas podem certamente explorar os mais variados meios para se concretizarem: questionários os mais diversos, entrevistas, observação, grupo focal etc. O mais fundamental nesse momento e nesse nível educacional não é a preocupação com as ausências e a parcialidade dos resultados, mas sim com o que se pode qualitativamente produzir e absorver como conhecimento.

A essência da pesquisa, e o que a enriquece, é seu fator sempre aproximativo e o reconhecimento e respeito da processualidade dessas demandas. Isso lhe confere um caráter de mutação constante e, assim, o fundamental é, portanto, possibilitar aos alunos instrumentos que lhes permitam entender algumas das formas pelas quais o conhecimento é gerado

no campo das ciências humanas e sociais, apresentando a participação dos indivíduos como essencial para sua concretização.

Referências

CARVALHO, J. M. Cidadania, estadania, apatia. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24 jun. 2001, p. 8-14.

FIGUEIREDO, M. *A decisão do voto*. São Paulo: Editora Sumaré, 1991.

SCOTTO, G. Campanha de rua: candidatos e biografias. In: PALMEIRA, M.; e GOLDMAN, M. (Org.). *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro: Contracapa, 1996. p. 165-180.

.....
Recebido em: 14 jun. 2013

Aceito em: 30 ago. 2013